



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/05/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	3
2.2. DECISÕES.....	4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CASO DÉCIO SÁ.....	5 - 6
3.2. DECISÕES.....	7 - 8
3.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	9
3.4. JUÍZES.....	10
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	11
4.2. CASO DÉCIO SÁ.....	12 - 14
4.3. DESEMBARGADORES.....	15 - 16
4.4. JUÍZES.....	17
5. JORNAL EXTRA	
5.1. SEM ASSUNTO.....	18 - 19
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. JUÍZES.....	20
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CASO DÉCIO SÁ.....	21 - 24
7.2. DESEMBARGADORES.....	25 - 26
7.3. JUÍZES.....	27
7.4. SEM ASSUNTO.....	28
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. DECISÕES.....	29
8.2. JUÍZES.....	30
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. CASO DÉCIO SÁ.....	31 - 33
9.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	34
9.3. COMARCAS.....	35
9.4. DECISÕES.....	36 - 37
9.5. JUÍZES.....	38
9.6. PUBLICIDADE LEGAL.....	39

Pág. 2

TJMA e OAB discutem vaga de desembargador

O preenchimento da vaga de desembargador no Poder Judiciário do Maranhão pelo Quinto Constitucional foi discutido nesta terça-feira (7) entre o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e o advogado Mário Macieira, presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), que estava acompanhado do diretor-tesoureiro da entidade, Marco Lara.

TJMA e OAB discutem vaga de desembargador

O preenchimento da vaga de desembargador no Poder Judiciário do Maranhão pelo Quinto Constitucional foi discutido nesta terça-feira (7) entre o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e o advogado Mário Macieira, presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), que estava acompanhado do diretor-tesoureiro da entidade, Marco Lara.

Na reunião, ambos ressaltaram o interesse na definição da lista sêxtupla pela Ordem, para que seja escolhido o novo desembargador que irá integrar o Pleno e a 5ª Câmara Cível, a qual funciona desde a instalação, em 17 de abril, com um membro vogal. A desembargadora Nelma Sarney atua temporaria-

mente nessa câmara, até a posse do novo membro. O TJMA deveria funcionar hoje com 27 integrantes.

“Há um clamor na magistratura pelo rápido preenchimento da vaga. Cada desembargador analisa, em média, 1.400 processos ao ano. Se há um magistrado a menos, fica evidente que os outros 26 terão mais trabalho. O Tribunal poderia, de fato, estar recebendo e julgando mais recursos, e com melhor taxa de atendimento à sociedade”, comenta o presidente Guerreiro Júnior.

Macieira explicou ao presidente do TJMA o motivo da não apresentação da lista sêxtupla de candidatos da entidade à vaga aberta. Na composição do Tribunal, um quinto dos lugares é provido, de forma alternada, por nomeação de membros

do Ministério Público Estadual e da seccional da OAB, e os demais lugares por nomeação de juizes de Direito. A vez no quinto é da advocacia.

O advogado informou que três advogados candidatos ao cargo de desembargador tiveram suas inscrições indeferidas e dois deles (Samir Murad e Walney Abreu) recorreram ao Conselho Federal da OAB contra a decisão da seccional.

“Vamos levar os recursos ao Conselho Federal e solicitar máxima urgência no julgamento, para que possamos votar a lista na OAB. Não há prazo previsto, mas pretendo encaminhar os nomes ainda neste semestre ao Tribunal. Tudo o que poderíamos fazer na seccional já foi feito. Agora é aguardar a decisão do Conselho Federal”, disse.

DATIVOS – Durante a reunião, o presidente da OAB apresentou ao desembargador Guerreiro Júnior proposta de pagamento dos honorários dos advogados dativos contratados pelo Estado para defesa de pessoas carentes. A instituição defende modelo utilizado pela Justiça Federal, em que os juizes definem os honorários devidos pelos serviços prestados e expedem a Requisição de Pequeno Valor para pagamento em 60 dias.

Macieira entregou minuta de Resolução a Guerreiro Júnior, que se comprometeu a abrir processo de discussão com a classe e, em seguida, encaminhar ao Tribunal a proposta, para que seja discutida na comissão técnica competente e siga para apreciação do Pleno.

JORNALISTAS DEPÕEM À JUSTIÇA

Três testemunhas de acusação foram ouvidas na manhã desta terça-feira (7), no segundo dia de audiências da fase de instrução do assassinato do jornalista Décio Sá. Ao todo, 55 pessoas devem prestar depoimento na fase de instrução do processo, que ocorre entre os dias 6 e 24 de maio, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Jornalistas e blogueiros, colegas de profissão de Décio Sá, depuseram ontem.

RAPOSA

Justiça acolhe pedido do MPMA e determina normalização de fornecimento de água no município

A Justiça determinou liminarmente prazo de 60 dias para que a Prefeitura de Raposa (a 28 km de São Luís) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAEE) do município viabilizem o fornecimento de água potável por, pelo menos, 18 horas diárias a todos os consumidores.

A liminar é resultado de Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com Pedido de Liminar, ajuizada em 11 de março, pelo promotor de justiça da Comarca, Reinaldo Campos Castro Júnior.

Na manifestação ministerial que resultou na liminar, deferida pela juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, o representante do MPMA demonstrou que moradores de, pelo menos, dez bairros da cidade enfrentam constantemente problemas causados pela falta d'água resultante da ineficiência do serviço fornecido pelo SAEE.

De acordo com ele, nesses bairros, a falta de água potável dura, com frequência, até três dias seguidos e o fornecimento é interrom-

pido constantemente sem motivo plausível.

Das 18 horas diárias do fornecimento da água potável aos consumidores do município, pelo menos, dez horas devem abranger o período das 7 às 20h. Outra determinação da liminar é que, em 120 dias, deve haver o fornecimento de água, durante 20 horas diárias, pelo menos, sendo 12 delas, no mínimo, entre 7h e 22h.

A multa diária por descumprimento foi estipulada em R\$ 1 mil.

JHONATAN SILVA DIZ QUE TEM NOVAS INFORMAÇÕES PARA REVELAR

PAG. 08

■ CASO DÉCIO SÁ ■

Assassino diz que tem novas informações para revelar

Os depoimentos a respeito da execução do jornalista Décio Sá, ocorrido em abril de 2012, em um bar na Avenida Litorânea foram retomados na manhã desta terça-feira (7). Décio foi assassinado com seis tiros à queima roupa (quatro na cabeça e dois no tórax).

"Ele vai cooperar com o depoimento e diz que está arrependido de tudo o que fez e quer outra vida, então promete falar coisas que não falou antes", afirmou Pedro Jarbas, advogado de Jhonatan Silva, principal acusado de ter cometido o crime. Alguns blogueiros e jornalista também foram ouvidos. Dentre eles: Marco Deça e Luís Pablo.

A primeira parte da sessão começou às 9h e prosseguiu até às 12h, quando foi feito um recesso para almoço. Às 14h a sessão foi retomada. Os depoimentos estão sendo tomados na 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Acusados - Oito dos 12 acusados pela morte do jornalista estiveram presentes ao julgamento. Entre eles, os possíveis

mandantes Glaucio Alencar e o pai José Miranda; Fábio "Bochecha", acusado de intermediar o crime; o ex-subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar, Fábio "Capita", acusado de fornecer a arma do crime; Marcos Bruno, acusado de oferecer fuga ao assassino; Elker Veloso, o Diego, acusado de integrar a quadrilha; dois policiais civis afastados da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Alcides da Silva e Joel Medeiros, que teriam ligação com o esquema de agiotagem.

Shirliano de Oliveira, o Balão, que ainda está foragido, assim como Júnior "Bolinha", ambos apontados como intermediadores do crime; e o advogado Ronaldo Ribeiro, que se encontra em liberdade, deixaram de comparecer à audiência desta terça. O advogado de Júnior "Bolinha", Armando Serejo, explicou a ausência do acusado. "Por enquanto, ele só quer vir no momento oportuno. Ele se sente muito exposto, sente vergonha, aquela coisa toda. Mas ele vem", contou.

GERAL

JUSTIÇA DERRUBA PROIBIÇÃO DE ACESSO DA DPE EM HOSPITAIS

*A Justiça de Imperatriz deferiu medida liminar em mandado de segurança impetrado por defensores públicos com atuação no município, suspendendo a proibição de acesso da Defensoria a unidades de saúde. **PAG.05***

Justiça derruba proibição de acesso da DPE em hospitais

A Justiça de Imperatriz deferiu medida liminar em mandado de segurança impetrado por defensores públicos com atuação no município, suspendendo a proibição de acesso da Defensoria a unidades de saúde. A decisão foi proferida pelo juiz Marcelo Testa Baldochi.

Para o magistrado, a proibição não possui fundamento jurídico e além de ferir as prerrogativas legalmente atribuídas à Defensoria Pública, dentre elas a de requisitar diligências e inspeções e o livre acesso a estabelecimentos públicos e privados, no exercício das suas funções. O ato da Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz fere o princípio da publicidade dos atos administrativos e o dever de informação.

Segundo a decisão, "a LC

n. 80/94, que no seu conteúdo prescreve normas gerais, cita no art. 4º, inc. VIII a outorga de amplos poderes para tutela de bens e interesses individuais, coletivos e difusos, do quais não se pode imunizar de sua abrangência os "serviços públicos". Acrescenta-se o argumento de que a Lei Complementar Estadual n. 19/94 nos seus arts. 10, inc. III e 24, XV expressamente outorga prerrogativas de controle e de acesso aos defensores, no cunho de seu mister (...) Encarecem manifesta ilegalidade não somente por cercearem essas prerrogativas, mas por portarem total algidez de conteúdo e, sem qualquer fundamento jurídico repousarem no campo dos arbitrios. Clarifica esse dever de motivar adequadamente, decorrente do princípio da publicidade dos atos administrativos, o disposto

no art. 50 da Lei n. 9.784/99".

Em razão da natureza dos direitos em jogo, o magistrado concedeu liminar para suspender os efeitos da proibição, restabelecendo as prerrogativas funcionais dos defensores públicos então cerceadas.

Há cerca de um mês, um grupo de técnicos indicados pelo Núcleo da Defensoria Pública em Imperatriz para auxiliar na elaboração de um diagnóstico sobre a saúde pública no município, foi barrado na porta do Posto de Saúde da Maria Aragão, no bairro da Vilinha. O objetivo da visita era fazer um levantamento das condições físicas, atendimentos e internações em hospitais e clínicas que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao tomar conhecimento da situação, o defensor geral do

Estado, Aldy Mello Filho, encaminhou ofício ao prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, solicitando que fosse garantido o ingresso da Defensoria Pública nas unidades de saúde do município, considerando a legitimidade atribuída à instituição para a defesa de direitos difusos e coletivos e a prerrogativa legal de ingresso dos defensores em estabelecimentos públicos no exercício de suas funções. No ofício, Aldy Mello Filho classificou a proibição como "ato flagrantemente ilegal".

Contra a decisão da Secretaria Municipal de Saúde que proibiu a entrada e vistoria da Defensoria em unidades de saúde, os defensores realizaram ato público e impetraram mandado de segurança visando o pleno exercício de suas prerrogativas legais, em benefício do cidadão.

MONITORAMENTO CARCERÁRIO

Sejap realiza reunião com integrantes do TJ

A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) realizou, na tarde de segunda-feira (6), uma reunião com integrantes da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). O encontro, que ocorreu na sede da Sejap, localizada no Outeiro da Cruz, teve como foco os avanços do órgão. Entre os presentes estavam o secretário adjunto de Justiça, José Ribamar Cardoso Lima, o desembargador Fróz Sobrinho, o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento, Ariston Apoliano e outras autoridades.

Na ocasião, Ribamar Cardoso destacou os trabalhos que a Sejap tem realizado em prol dos apenados. Ele falou dos núcleos de gestão penitenciária implantados na nova gestão. Dentre os quais estão os Núcleos de Assistência Biopsicossocial aos servidores penitenciários - NASB; de Apoio às Assistências Religiosas - NAR; de Monitoramento aos Egressos em Geral - NUMEG; de Inteligência Penitenciária - NINPEN e de Coordenação e Monitoramento dos Efetivos Plantonistas da Capital - NUCOMPLAN.

"Cada Núcleo tem um papel importante nos trabalhos de ressocialização. Todos foram pensados para que melhorias no sistema aconteçam de fato e não sejam apenas propagandas", disse Ribamar Cardoso.

Além disso, ações como a



Secretário adjunto Ribamar Cardoso reunido com representantes do Tribunal de Justiça

reforma da Escola de Gestão Penitenciária, esta que garantirá qualificação profissional ao servidor prisional; e os trabalhos da equipe itinerante que acontecem no interior do estado, foram enfatizadas pelo adjunto.

De acordo com ele, uma das principais ações da Sejap hoje corresponde à reintegração social. "A ressocialização é o caminho para que o interno tenha uma vida com dignidade. Hoje sabemos que o trabalho de ressocialização é fundamental para que esse interno volte ao convívio social", afirmou Ribamar Cardoso.

A reunião, que acontece mensalmente, visa promover

melhoras significativas no sistema carcerário do Maranhão e garantir condições dignas aos apenados. O desembargador Fróz Sobrinho falou sobre o que será feito para garantir que os internos provisórios votem em período eleitoral. De acordo com ele, será realizada uma ampliação do voto em trânsito, podendo votar em qualquer seção eleitoral. "Às vezes, o interno é transferido de um estado pra outro ou de uma prisão para outra então mesmo com essas situações ele vai poder votar em trânsito", disse Fróz.

Mediante a necessidade do cadastramento biométrico, o desembargador Fróz Sobrinho falou sobre garantir esse atendi-

mento aos presos. Ele explicou que o detento que está em regime semiaberto pode se dirigir ao cartório para se cadastrar. "O que nós vamos fazer para aprimorar essa ação, é colocar à disposição do preso, lá na penitenciária, a coleta biométrica, cadastrando todos os presos provisórios no sistema", destacou.

Por fim, Ariston Apoliano reforçou a parceria com a Sejap. Para ele, seja no campo educacional, biopsicossocial, no de assistência social, jurídico e logístico, os dois órgãos trabalham em conjunto. "Hoje a Sejap é uma grande parceira e nós queremos algo em comum: garantir melhorias no sistema carcerário maranhense", finalizou.

JUSTIÇA

Cinco juízes são titularizados na capital maranhense



O presidente Guerreiro Júnior com os juizes titularizados

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, titularizou nesta terça-feira (7) cinco juízes que atuaram por quatro anos como auxiliares na comarca de São Luís. Ao dar posse e parabenizar os magistrados pelas novas funções, o presidente lembrou que as vagas surgiram em decorrência das oito varas instaladas na capital, na semana passada.

Foram titularizados os juízes Maria José França Ribeiro (7º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo), Maria Izabel Padilha (1ª Vara do Tribunal do Júri), Eugênia de Azevedo Neves (6ª Vara Criminal), José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior (2ª Vara Criminal) e Mário Prazeres Neto (3º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo).

A primeira a assinar o termo de posse foi a juíza Maria José França Ribeiro, que foi titularizada no 7º Juizado. Há 20 anos na magistratura, ela atuou em São Mateus, Grajaú, Viana, Vitorino Freire e Itapecuru-Mirim. "É um novo desafio que assumo com muita disposição", afirmou.

A juíza Maria Izabel Padilha assume a 1ª Vara do Tribunal do Júri com experiência também de duas décadas na magistratura estadual, passando pelas comarcas de Humberto de Campos, Icatu, Presidente Dutra, Colinas,

Açailândia e Bacabal.

Eugênia de Azevedo Neves ingressou na magistratura em maio de 1993, como titular da comarca de Arari, exercendo atividades judicantes em Alcântara, Presidente Dutra, Santa Inês, Chapadinha, Itapecuru-Mirim e, nos últimos quatro anos, como juíza auxiliar na capital. "Pretendo desenvolver meu trabalho com comprometimento e dedicação, dando sequência ao planejamento do juiz anterior", disse.

Juiz auxiliar de São Luís desde setembro de 2009, José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, iniciou carreira como substituto em Cururupu (a 465 km da capital). Foi titularizado na comarca de Poção de Pedras, instalada à época do seu ingresso. Em seguida, foi removido para Barreirinhas, São José de Ribamar, Imperatriz e São Luís (como auxiliar).

O juiz Mário Prazeres teve primeira titularização na comarca de Matinha, em 1997. Atuante como juiz auxiliar em São Luís desde setembro de 2009, também desempenhou a magistratura em Colinas, Presidente Dutra, Vargem Grande e Santa Inês. "Vai ser uma experiência nova para mim, porque tive pouca passagem em juizados. Contudo, sei do dinamismo a ser empreendido. Devido a celeridade que as demandas exigem, a resposta tem que ser também rápida," analisa Prazeres.

Casamento

OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS -
Estarão abertas até o dia 24 deste mês as inscrições para a realização de mais uma etapa do Projeto Casamento Comunitário, na Comarca de Olho d'Água das Cunhãs. A cerimônia está marcada para o dia 20 de junho, às 18h, no Clube da Maçonaria, que fica no centro da cidade. De acordo com o edital publicado pela juíza Mirella Cezar Freitas, titular da comarca, os interessados devem comparecer ao Cartório do Ofício Extrajudicial, localizado na Rua Paulo Ramos, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h.

 CASO DÉCIO SÁ

Defesa diz que matador fará novas revelações



Jhonatan (e) é levado pela polícia para assistir a oitivas no fórum

Advogado disse que Jhonatan de Sousa Silva, assassino confesso do jornalista Décio Sá, revelará detalhes do crime não incluídos no inquérito; segundo ele, depoimento será decisivo para punir mandantes e intermediadores. **Geral C5**

Defesa diz que Jhonatan Silva fará novas revelações à Justiça

Advogado Pedro Jarbas, um dos defensores do pistoleiro que assassinou Décio Sá, disse que o réu revelará fatos não compartilhados no inquérito policial; segundo ele, depoimento será decisivo para que mandantes e intermediadores do crime sejam, de fato, punidos

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia



A defesa de Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, assassino confesso do jornalista Décio Sá, declarou, ontem, durante o segundo dia de audiências com as testemunhas de acusação, arroladas pelo Ministério Público no processo, que o réu fará novas revelações à Justiça, não compartilhadas ao inquérito policial. Segundo Pedro Jarbas, um dos defensores do pistoleiro paraense, o depoimento do criminoso será decisivo para que mandantes e intermediadores do crime sejam, de fato, punidos.

“Nosso papel não é inocentar Jhonatan, até porque o mesmo confessa a autoria dos fatos. Entretanto, nosso compromisso é contribuir para que a verdade prevaleça, e que todos os envolvidos neste crime de homicídio sejam identificados e condenados. Nessa disposição, inclusive, o mesmo demonstra-se profundamente arrependido do que fez, principalmente por, até o momento, não ter conhecido a própria filha que nasceu em meio a todo esse evento”, disse o advogado ao final das oitivas.

O clima de expectativas quanto à confirmação dos autores do crime, bem como a hipótese de novos nomes surgirem no curso do processo, também foram reforçados pela própria defesa dos agiotas Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 35 anos; e seu pai, José

de Alencar Miranda Carvalho, de 73 anos, acusados de financiar ao valor de R\$ 100 mil pela morte do jornalista. Adriano Cunha, advogado dos réus, disse que algumas testemunhas cobram outras linhas de investigação.

“Alguns depoimentos se mostram reveladores, a ponto de nomes de novos supostos ‘mandantes’ serem citados. Também se fala muito acerca de outras linhas de investigações desprezadas pela polícia judiciária, entre as quais a que aponta empresários de Barra do Corda como autores intelectuais. Isso, certamente, nos fará requerer apurações mais aprofundadas. Não queremos julgar de qualquer forma, muito menos condenar a qualquer maneira”, afirmou Adriano Cunha.

Testemunhas – Ontem, das 10 pessoas aguardadas pelo Ministério Público, seis prestaram depoimento no Salão do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro Calhau, a maioria jornalistas e blogueiros que cobrem o cotidiano político no Maranhão. Entre aqueles que conversaram com a imprensa, estão os jornalistas Itevaldo Júnior, Caio Hostilio, Marco Aurélio D’Eça e Marcelo Gomes Vieira, que falaram sobre o perfil profissional do colega Décio Sá.

Em seus depoimentos, alguns profissionais ressaltaram a atividade de Décio Sá na redação de *O Estado*; em qual época o conheceram, inclusive sobre os tempos de universidade. Também prestou depoimento o vereador Fábio Câmara (PMDB), amigo e compadre do jornalista assassina-

do. O parlamentar foi uma das últimas pessoas a falar ao telefone com Décio Sá, antes de sua morte. “Décio está fazendo falta não apenas a mim, mas à sociedade”, disse Câmara, ao deixar a sala de audiências.

Das demais testemunhas de acusação arroladas no processo, dois homens e uma mulher foram dispensados pelo MP no segundo dia de audiências. “São pessoas cujo teor de seus depoimentos não difere das demais testemunhas já ouvidas pelo Ministério Público. Por uma questão de celeridade processual, optamos por dispensá-las, e faremos dessa forma quando necessário for”, justificou o promotor de Justiça da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri, Luis Carlos Correa Duarte.

Durante as oitivas, apenas o jornalista Marcelo Vieira optou por depor sem a presença dos réus, no Salão do Júri. Acompanharam os depoimentos das demais testemunhas, presididos pelo juiz Márcio Castro Brandão, da 1ª Vara do Tribunal do Júri, os agiotas Gláucio Carvalho; o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho; os intermediadores Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bochecha*, de 33 anos; o pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos; Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 29 anos, piloto de fuga do assassino; Elker Farias Veloso, o *Diego*, de 26 anos; os dois policiais civis afastados da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, que, segundo o inquérito, tinham ligação estreita com a rede de agiotas; e o ex-subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar, capitão Fábio Aurélio Sarai-

Mais

Décio Sá foi assassinado, por volta das 23h30 do dia 23 de abril de 2012, quando aguardava por amigos, sentado a uma mesa, no restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea. Segundo a Polícia Civil do Maranhão, a morte do jornalista foi encomendada depois que a vítima denunciou em seu blog que a rede de agiotas havia sido a responsável pela encomenda da morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, executado no dia 31 de março, na cidade de Teresina-PI, por acumular dívidas com os líderes da quadrilha, que faturava milhões com desvio de recursos públicos estaduais e federais, destinados às prefeituras municipais.

va Silva, o Fábio Capita, de 37 anos, que, de acordo com a polícia judiciária, foi citado pelo assassino como a pessoa que teria fornecido a arma do crime



Advogado Pedro Jarbas: "Nosso papel não é inocular Jhonatan"



Assassino confesso de Décio. Jhonatan fará novas revelações



O vereador Fábio Câmara: "Décio está fazendo falta à sociedade"

Estado Maior

Desembargador: Macieira promete agilizar escolha

A OAB deve definir a lista sêxtupla para a vaga de desembargador até o fim deste semestre, previu ontem o presidente da instituição no Maranhão, Mário Macieira, em conversa com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior. **Política 3**

Desembargador à vista

Avaga de desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) que pertence à OAB pelo Quinto Constitucional será preenchida ainda neste semestre. Foi o que ficou alinhavado numa conversa, ontem, entre o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Guerreiro Júnior, e o presidente da OAB/MA, Mário Macieira. O primeiro pediu pressa da OAB na formação da lista sêxtupla, o segundo disse que há também esse interesse na OAB, mas que o andamento do processo depende de decisão do Conselho Federal da instituição.

Explica-se: três advogados tiveram suas inscrições à vaga de desembargador rejeitadas pelo Conselho Seccional. Dois deles, Samir Murad e Walney Abreu, recorreram ao Conselho Federal da Ordem contra a decisão da Seccional. Esse processo já se arrasta por quase um ano, obrigando o TJ a funcionar com 26 desembargadores, um a menos da sua estrutura formal. Por causa disso, o Pleno conta com somente 26 membros e a 5ª Câmara Cível funciona com um vogal.

- Há um clamor na magistratura pelo rápido preenchimento da vaga. Cada desembargador analisa, em média, 1.400 processos ao ano. Se há um magistrado a menos, fica evidente que os outros 26 terão mais trabalho. O Tribunal poderia, de fato, receber e julgar mais recursos, e com melhor taxa de atendimento à sociedade - assinalou o presidente Guerreiro Júnior.

O presidente da OAB/MA, Mário Macieira, reconheceu a situação, e prometeu providências: "Vamos levar os recursos ao Conselho Federal e solicitar máxima urgência no julgamento, para que possamos votar a lista na OAB. Não há prazo previsto, mas pretendo encaminhar os nomes ainda neste semestre ao Tribunal. Tudo o que poderíamos fazer na seccional já foi feito. Agora é aguardar a decisão do Conselho Federal".

Se o presidente Mário Macieira conseguir cumprir o que se propõe, o TJ iniciará o segundo semestre com 27 desembargadores.

Vale aguardar.

Mutirão

COROATÁ - A juíza Josane Farias Braga, titular da 1ª Vara de Coroatá, está divulgando os resultados do II Mutirão Previdenciário promovido pela unidade judicial. Os trabalhos foram realizados durante os dias 17 e 18 de abril e foram coordenados pela própria magistrada, auxiliada por dois oficiais de Justiça e mais cinco servidores. Para esse mutirão, foram selecionados 118 processos, sendo 31 referentes ao pedido de aposentadoria por idade, sendo realizadas 28 e alcançados 16 acordos; 30 processos referentes a pensão por morte.

ILHA SANGUINOLENTA

Deputados culpam o governo pelo clima de guerra em São Luís

PÁGINA 3

CAMPO DE GUERRA

Em apertado ao deputado Carlos Alberto Milhomem (PSD), parlamentares da oposição denunciaram o grave clima de insegurança hoje existente em São Luís e no Maranhão.

Deputados da oposição culpam o governo pela violência em São Luís

O deputado Bira do Pindaré (PT) afirmou que há, de fato, um problema nacional, mas que em São Luís a situação é dez vezes mais grave que em São Paulo, uma das maiores cidades do mundo.

Bira defendeu a reforma do Código Penal, que é de 1940, mas alertou que, segundo o Ministério Público, 349 homicídios cometidos entre os anos de 2010 e 2012 em São Luís não foram concluídos, ou seja, os autores não foram identificados ou, se foram, os inquéritos não chegaram a ser remetidos à Justiça. O parlamentar criticou também o fato de que os recursos destinados à manutenção das câmeras de videomonitoramento instaladas em São Luís estejam sendo retirados da verba de custeio da Polícia Militar do Maranhão. Para Bira do Pindaré, isso vai importar em prejuízos na aquisição de viaturas, combustível e outras despesas da Polícia Militar.

Para o deputado Marce-



O deputado Rubens Junior comparou a violência de São Luís com a Guerra das Malvinas

lo Tavares, a insegurança no Maranhão revela a incompetência e inexpressividade do governo e o culpado do crescimento da violência no Esta-

do é a governadora Roseana Sarney. Segundo Marcelo, o governo gastou 2 bilhões e meio de reais em 2012, mas a Delegacia Geral da Polícia

Civil recebeu, de todo esse montante, apenas R\$ 7 milhões, o correspondente a 0,21% do orçamento. Marcelo diz também que todo o custeio da Polícia Militar foi de apenas R\$ 17 milhões (0,67%), mas o governo gastou com propaganda R\$ 56 milhões. E garante o parlamentar que a maioria das viaturas da PM são compradas de parentes da governadora.

O deputado Rubens Júnior lamentou declaração feita pelo secretário de Segurança Pública, Aluisio Mendes, de que o clima de insegurança em São Luís é artificial, o que considera um ato de demagogia. Lembrou o deputado Rubens Júnior que mais de 90 pessoas foram mortas em São Luís somente no mês de abril. "Desde que Roseana assumiu, em 2009, mais de 2 mil pessoas foram mortas e isso é mais que o número de mortos da Guerra das Malvinas, a última ocorrida na América do Sul", afirmou o parlamentar.

JUÍZES TITULARIZADOS EM SÃO LUÍS

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, titularizou ontem (7) cinco juízes que atuaram por quatro anos como auxiliares na comarca de São Luís. Ao dar posse e parabenizar os magistrados pelas novas funções, o presidente lembrou que as vagas surgiram em decorrência das oito varas instaladas na capital, na semana passada. Foram titularizados os juízes Maria José França Ribeiro (7º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo), Maria Izabel Padilha (1ª Vara do Tribunal do Júri), Eugênia de Azevedo Neves (6ª Vara Criminal), José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior (2ª Vara Criminal) e Mário Prazeres Neto (3º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo). Participaram da solenidade de posse o juiz auxiliar da presidência, José Nilo Ribeiro Filho, a diretora-geral do TJMA Sumaya Heluy (que fez a leitura do termo de posse), e familiares dos magistrados.

- 1 Ao ouvir o promotor de Justiça Luiz Carlos Correa Duarte chamar, repetidas vezes, seu cliente Júnior Bolinha, de “quadrilheiro”, o advogado Armando Serejo reclamou perante o juiz Márcio Brandão, que preside a sequência de audiências sobre a execução do jornalista Décio Sá, no Tribunal de Júri de São Luís.

- 2 O advogado recorreu ao Código de Processo Penal para dizer que o promotor não tem o direito de tratar acusado com termos inadequados. Luiz Duarte replicou, de forma ríspida: “Me refiro ao denunciado como eu quiser. Fui eu quem o denunciou por formação de quadrilha”.

CASO DÉCIO SÁ

Blogueiros e jornalistas foram ouvidos

URBANO

Mais 10 testemunhas depõem hoje

URBANO

CASO DÉCIO SÁ

Segundo dia com sete depoimentos

MICHEL SOUSA
SANDRA VIANA

Mais sete testemunhas de acusação foram ouvidas pelo juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, nas oitivas do processo que apura o assassinato do jornalista Décio Sá. Mais uma vez, o Ministério Público optou pela dispensa de três delas por motivos de celeridade processual.

Na avaliação do promotor Luís Carlos, a instrução processual está sendo bastante proveitosa e a tendência é de que, até o fim da semana, seja possível reunir todo um conjunto probatório para ser utilizado na responsabilização das pessoas envolvidas.

Ele descartou a possibilidade de paralisação das oitivas para que uma nova vertente de investigação seja adotada – como é do desejo da defesa dos acusados, que tentou conduzir os depoimentos neste sentido. “Tudo que temos vai continuar e, se houver necessidade de novas investigações, esse pedido será desmembrado do processo e repassado à autoridade competente, que é exatamente a autoridade policial. Foram dispensadas três testemunhas porque tinham depoimentos parecidos. Então, não havia necessidade da gente ouvir pessoas diferentes com o mesmo conteúdo de informação dos fatos. Por uma questão de celeridade processual, resolvemos isso”, destacou.

Um dos depoimentos mais demorados foi o do blogueiro Marco D’êça. Ele foi ouvido por

mais de duas horas e revelou que a estratégia da defesa tem sido para apresentar uma nova linha de investigação que inocente os acusados de serem os mandantes. “É um momento tenso e difícil. Percebe-se que a defesa tenta buscar uma linha de investigação que tire a responsabilidade dos acusados. Espero que seja feito justiça e que os culpados possam pagar severamente para que todos vejam que não se pode sair matando pessoas dessa forma”, destacou.

Além dele, o vereador Fábio Câmara testemunhou em apenas 20 minutos. “O que eu tinha que declarar já foi declarado e está nos autos do processo. O juiz fez algumas perguntas e se sentiu satisfeito, e encerrou o depoimento”, explicou.

Polícia rebate advogado

“Isso é inverídico”, disparou o promotor de Justiça da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri do caso, Luís Carlos Correa Duarte, sobre as declarações do advogado Adriano Cunha, representante do empresário Gláucio Alencar Pontes Carvalho, acusado de ser um dos mandantes do crime, de que os depoimentos de duas testemunhas teriam sido formulados pela polícia e apenas entregues para que assinassem.

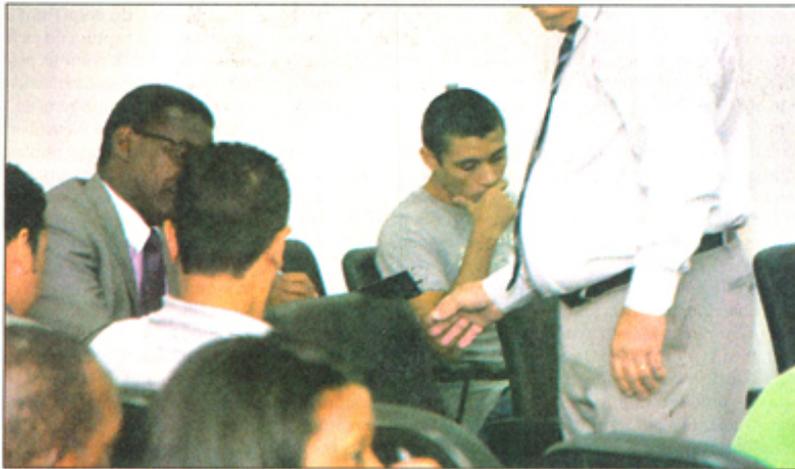
No segundo dia das oitivas, o promotor fez questão de esclarecer que apenas uma testemunha não lembrava de ter prestado depoimento à polícia, exatamente pelo fato de ser um usuário de drogas e, por este motivo, ter

sido considerado influenciável – quando responde o que é perguntado apenas para se livrar da situação.

Luís Carlos também destacou que se tratou de um caso isolado. “Na verdade, existia apenas uma testemunha, um flanelinha, que é drogado e ele na verdade não lembrava de ter prestado depoimento, até por conta de ser usuário e ter a memória prejudicada. Ele se mostrou uma pessoa influenciável e, por isso, deve ser isolado, porque não convalida aquilo que realmente aconteceu”, disse.

O delegado da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Augusto Barros, repudiou os comentários da defesa do acusado e nomeou como inconsequente a declaração, que visou apenas desmerecer o trabalho feito pelos policiais.

Segundo o que ele esclareceu a nossa reportagem, algumas testemunhas não tiveram seus depoimentos gravados por causa do grau de influência de informações como aconteceu com guardadores de carros e outras testemunhas ouvidas. No entanto, isso não quer dizer que



GILSON TEIXEIRA/COMAPRESS

Jhonatan de Souza Silva diz que vai colaborar com a Justiça e marca presença em todos os depoimentos

houve qualquer manipulação. “Nós repudiamos esse tipo de estratégia que visa minar o trabalho feito por nossos agentes. Não houve manipulação dos fatos e esta postura da defesa já era esperada. Qualquer fragilidade que aparecer eles (advogados dos acusados) vão tentar direcionar para abalar a credibilidade. Se com o que foi gravado eles contestam, imagine você com o que não foi”, rebateu Augusto Barros.

Os depoimentos

Das dez pessoas chamadas para depor, sete estavam presentes na audiência e três foram dispensadas. Na lista de jornalistas, compareceram Itevaldo Júnior e Marco D’êça, colegas de trabalho de Décio Sá; os blogueiros Luís Pablo, Marcelo Vieira e Caio Hostílio também estavam presentes; e o vereador Fábio Câmara que, segundo a apuração, conversou com o jornalista horas antes do crime. O primeiro depoimento do dia foi do jornalista Itevaldo Júnior, que era colega de trabalho de Décio Sá e também mantinha um blog. O relato do jornalista durou mais de uma hora e as perguntas foram referentes ao cotidiano na empresa e ao rela-

cionamento de trabalho com o jornalista assassinado. Itevaldo Júnior também foi questionado sobre o conhecimento dos acusados e das denúncias feitas por Décio Sá. “Perguntaram se Décio comentava os casos que denunciava, se eu conhecia os acusados, perguntas referentes mesmo ao cotidiano da redação”, disse ele, na saída, em conversa com a imprensa. A intenção das perguntas, avalia Itevaldo, era para que fosse conhecido o dia a dia de Décio Sá. “Foram perguntas que considero simples e que culminam em respostas objetivas. Nada demais”, disse o jornalista.

Os interrogatórios do caso Décio Sá prosseguem até o dia 24. Hoje, mais dez pessoas serão ouvidas.

Assassino irá contribuir

“Meu cliente vai colaborar. Ele vai revelar detalhes não ditos no processo primeiro, informações que ele não pôde dizer naquele momento”. A afirmação é de Pedro Jarbas, advogado que defende Jhonatan de Souza Silva. Segundo o advogado, a orientação é que o assassino confesso contribua para o melhor entendimento do ocorrido.

Para saber mais

Acusados

Dos envolvidos, sete são acusados de tramar diretamente o assassinato do jornalista Décio Sá. Gláucio Alencar, de 34 anos, foi acusado de ser o um dos mandantes do crime e financiador da execução. Ele está preso no Quartel da Polícia Militar. O pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, também é acusado de mandante e está preso no Quartel da PM. O réu confesso Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, foi o executor, levado para o Presídio Federal de Segurança Máxima de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Fábio Aurélio Saraiva, apelidado de “Capita”, subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar, é quem teria fornecido a arma que matou Décio. “Capita” teve o benefício do habeas corpus em 8 de abril último, e, segundo entendimento do desembargador Froz Sobrinho, que fez a concessão, nenhuma testemunha citou o acusado, apenas uma que após se retratou e foi dispensada pelo Ministério Público. “Capita” ainda está detido no Quartel da PM e deve ser transferido para o estado do Piauí, onde será dado cumprimento de um mandado de prisão preventiva.

Vaga de togado (1)

O preenchimento da 27ª vaga de desembargador no Poder Judiciário do Maranhão pelo Quinto Constitucional foi discutido pelo presidente do TJ, Antônio Guerreiro Júnior, e o advogado Mário Macieira, presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Desde 2009 que a vaga foi criada, mas há um impasse na OAB para indicar a lista sêxtupla ao TJ, da qual sairá o magistrado.

Vaga de togado (2)

O motivo principal no impasse é o indeferimento da inscrição do advogado Samir Murad, cunhado de Roseana Sarney, como candidato. Outros dois nomes também sofreram impugnação, enquanto Samir Murad e Walney Abreu, inconformados, recorreram ao Conselho Federal da OAB. O TJ tem pressa na solução do impasse, pois os processos que caíram na nova Câmara recém-criada se acumulam aos montes.

JUDICIÁRIO

TJMA e OAB discutem vaga de desembargador

O preenchimento da vaga de desembargador no Poder Judiciário do Maranhão pelo Quinto Constitucional foi discutido ontem entre o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, e o advogado Mário Macieira, presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, que estava acompanhado do diretor-tesoureiro da entidade, Marco Lara.

Na reunião, ambos ressaltaram o interesse na definição da lista sêxtupla pela Ordem, para que seja escolhido o novo desembargador que irá integrar o Pleno e a 5ª Câmara Cível, a qual funciona desde a instalação, em 17 de abril, com um membro vogal. A desembargadora Nelma Sarney atua temporariamente nessa câmara, até a posse do novo membro. O TJ

deveria funcionar hoje com 27 integrantes.

“Há um clamor na magistratura pelo rápido preenchimento da vaga. Cada desembargador analisa, em média, 1.400 processos ao ano. Se há um magistrado a menos, fica evidente que os outros 26 terão mais trabalho. O Tribunal poderia, de fato, estar recebendo e julgando mais recursos”, comenta Guerreiro Júnior.

Macieira explicou ao presidente do TJMA o motivo da não apresentação da lista sêxtupla de candidatos da entidade à vaga aberta. Na composição do Tribunal, um quinto dos lugares é provido, de forma alternada, por nomeação de membros do Ministério Público e da seccional da OAB, e os demais lugares por nomeação de juízes de Direito. A vez no quinto é da advocacia.



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, titularizou ontem cinco juízes que atuaram por quatro anos como auxiliares na comarca de São Luís. Ao dar posse e parabenizar os magistrados pelas novas funções, o presidente lembrou que as vagas surgiram em decorrência das oito varas instaladas na capital, na semana passada. No registro, os titularizados juízes Maria José França Ribeiro (7º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo), Maria Izabel Padilha (1ª Vara do Tribunal do Júri), Eugênia de Azevedo Neves (6ª Vara Criminal), José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior (2ª Vara Criminal) e Mário Prazeres Neto (3º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo).

CPI da Agiotagem pode embicar

No momento em que as audiências dos envolvidos no assassinato do jornalista Décio Sá começam no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, alguns deputados tergiversam sobre a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa, requerida pelo deputado Raimundo Cutrim (PSD) para investigar a agiotagem e seus tentáculos criminosos na administração pública municipal. Enquanto as audiências para instrução do processo avançam com mais de 50 pessoas arroladas, a proposta da CPI estancou em 11 das 14 assinaturas necessárias.

O que chama a atenção é a dificuldade para que a CPI saia do papel. Investigações da Polícia Civil indicam que há um número significativo de prefeitos, ex-prefeitos e deputados metidos na teia da agiotagem. Talvez aí esteja o nó que impede as investigações chegarem ao plenário da Assembleia Legislativa. Uma CPI é instrumentalizada em ações com poder altamente demolidor, quando os seus integrantes realmente têm disposição para destrinchar situações criminosas complexas.

O deputado Raimundo Cutrim disse à TV Guará, segunda-feira última, que teme pelo fracasso de sua proposição. Ele foi citado no rolo da agiotagem em noticiário sobre o assassinato de Décio Sá e

reagiu, pedindo investigações pelos seus próprios pares. Como existem suspeitas sobre prefeitos e ex-prefeitos e parte dos deputados de terem relação direta com agiotagem, cujos cheques de contas municipais de recursos federais estariam em poder da Polícia, não resta dúvida de que um escândalo de proporções explosivas está pronto para ser detonado. Desde que a CPI seja criada e instalada.

São vários os motivos apresentados pelos pares de Cutrim para assinarem ou deixarem de assinar a proposição. Seja como for, o segundo pedido de investigação da agiotagem, proposta em menos de um ano na Assembleia Legislativa do Maranhão – a outra foi em 2012 pelo petista Bira do Pindaré –, tem tudo para não ser concretizado. Quais seriam, então, os motivos de tanta dificuldade? Pode-se até especular, mas não levando em conta fatos reais e objetivos.

A CPI é uma prerrogativa constitucional dos parlamentares, que assumem o papel de juiz, com poderes ampliados ao investigarem os fatos determinados na proposta. Acontece que o deputado Cutrim pretende desmembrar os trabalhos para outros tipos de crimes, inclusive grilagem de terras. Mas isso não seria possível, conforme as regras estabelecidas na Constituição Federal para uma CPI. Por essas e outras, é que os agiotas podem ficar tranquilos que não será desta vez que seus esquemas serão desbaratados.

Raposa

Justiça acolhe pedido do MPMA e determina normalização de fornecimento de água no município

A Justiça determinou liminarmente prazo de 60 dias para que a Prefeitura de Raposa (a 28 km de São Luís) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAEE) do município viabilizem o fornecimento de água potável por, pelo menos, 18 horas diárias a todos os consumidores.

A liminar é resultado de Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com Pedido de Liminar, ajuizada em 11 de março, pelo promotor de justiça da Comarca, Reinaldo Campos Castro Júnior.

Na manifestação ministerial que resultou na liminar, deferida pela juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, o representante do MPMA demonstrou que moradores de, pelo menos, dez bairros da cidade enfrentam constante-

mente problemas causados pela falta d'água resultante da ineficiência do serviço fornecido pelo SAEE.

De acordo com ele, nesses bairros, a falta de água potável dura, com frequência, até três dias seguidos e o fornecimento é interrompido constantemente sem motivo plausível.

Das 18 horas diárias do fornecimento da água potável aos consumidores do município, pelo menos, dez horas devem abranger o período das 7 às 20h. Outra determinação da liminar é que, em 120 dias, deve haver o fornecimento de água, durante 20 horas diárias, pelo menos, sendo 12 delas, no mínimo, entre 7h e 22h.

A multa diária por descumprimento foi estipulada em R\$ 1 mil.

Posse

Cinco juízes são titularizados em São Luís



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, titularizou nesta terça-feira (7) cinco juízes que atuaram por quatro anos como auxiliares na comarca de São Luís. Ao dar posse e parabenizar os magistrados pelas novas funções, o presidente lembrou que as vagas surgiram em decorrência das oito varas instaladas na capital, na semana passada.

Foram titularizados os juízes Maria José França Ribeiro (7º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo), Maria Izabel Padilha (1ª Vara do Tribunal do Júri), Eugênia de Azevedo Neves (6ª Vara Criminal), José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior (2ª Vara Criminal) e Mário

Prazeres Neto (3º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo).

A primeira a assinar o termo de posse foi a juíza Maria José França Ribeiro, que foi titularizada no 7º Juizado. Há 20 anos na magistratura, ela atuou em São Mateus, Grajaú, Viana, Vitorino Freire e Itapecuru-Mirim. "É um novo desafio que assumo com muita disposição", afirmou.

A juíza Maria Izabel Padilha assume a 1ª Vara do Tribunal do Júri com experiência também de duas décadas na magistratura estadual, passando pelas comarcas de Humberto de Campos, Icatu, Presidente Dutra, Colinas, Açailândia e Bacabal.

Eugênia de Azevedo Ne-

ves ingressou na magistratura em maio de 1993, como titular da comarca de Arari, exercendo atividades judicantes em Alcântara, Presidente Dutra, Santa Inês, Chapadinha, Itapecuru-Mirim e, nos últimos quatro anos, como juíza auxiliar na capital. "Pretendo desenvolver meu trabalho com comprometimento e dedicação, dando sequência ao planejamento do juiz anterior", disse.

Juiz auxiliar de São Luís desde setembro de 2009, José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, iniciou carreira como substituto em Cururuçu (a 465 km da capital). Foi titularizado na comarca de Poção de Pedras, instalada à época do seu ingresso. Em seguida, foi removido para Barreirinhas, São José

de Ribamar, Imperatriz e São Luís (como auxiliar).

"Como auxiliar, tive a oportunidade de exercer função jurisdicional em diversas áreas do Direito, voltando à experiência de início de carreira. Agora, a expectativa é muito grande, uma vez que estar titularizado é resultado de anos de estudos e aprimoramentos", enfatizou.

O juiz Mário Prazeres teve primeira titularização na comarca de Matinha, em 1997. Atuante como juiz auxiliar em São Luís desde setembro de 2009, também desempenhou a magistratura em Colinas, Presidente Dutra, Vargem Grande e Santa Inês.

"Vai ser uma experiência nova para mim, porque tive pouca passagem em juizados. Contudo, sei do dinamismo a ser empreendido. Devido a celeridade que as demandas exigem, a resposta tem que ser também rápida," analisa Prazeres.

Participaram da solenidade de posse o juiz auxiliar da presidência, José Nilo Ribeiro Filho, a diretora-geral do TJMA Sumaya Heluy (que fez a leitura do termo de posse), e familiares dos magistrados.

BLOGUEIROS CONFIRMAM NA JUSTIÇA MENSAGEM QUE ENVOLVE FAMÍLIA TELES

O blogueiro Marco Aurélio Nunes D'Eça, colega de profissão e amigo do jornalista Décio Sá, confirmou ontem, em depoimento à Justiça, que quatro dias depois do crime recebeu uma mensagem de texto, por celular, de outro blogueiro, Luís Pablo Conceição Almeida, informando que o deputado Rigo Teles teria dito a ele [Luís Pablo], durante o velório do jornalista, que havia conversado por celular com Décio, meia hora antes de sua morte. D'Eça foi um dos quatro jornalistas/blogueiros ouvidos ontem, durante o segundo dia das audiências de instrução do "caso Décio", no Fórum Sarney Costa. **PÁGINA 5**



Os jornalistas Marco D'Eça e Itevaldo Junior, o blogueiro Hostílio Caio e o vereador Fábio Câmara falaram no Fórum sobre a morte de Décio Sá

AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO DO 'CASO DÉCIO'

Blogueiros confirmam na Justiça mensagem que envolve família Teles

POR OSWALDO VIVIANI
e JULY CAMILO

O blogueiro Marco Aurélio Nunes D'Eça, colega de profissão e amigo do jornalista Décio Sá, confirmou, na tarde de ontem (7), em depoimento à Justiça, que quatro dias depois do crime, recebeu uma mensagem de texto, por celular, de outro blogueiro, Luís Pablo Conceição Almeida, informando que o deputado Rigo Teles teria dito a ele [Luís Pablo], durante o velório do jornalista, que havia conversado por celular com Décio, meia hora antes de sua morte. D'Eça foi um dos quatro jornalistas/blogueiros que foram ouvidos ontem, durante o segundo dia das audiências de instrução do "caso Décio", que acontecem no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Assim como ocorreu no primeiro dia das oitivas, somente Shirliano Graciano de Oliveira, que está foragido; José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha" (que está preso) e o advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro (que está em liberdade e teve seu processo desmembrado dos demais) não participaram das audiências de instrução.

Em seu depoimento à polícia, o blogueiro Luís Pablo não falou da declaração de Rigo Teles a ele no velório nem da mensagem que teria enviado a Marco D'Eça. No entanto, o **Jornal Pequeno** apurou que ele também confirmaria o fato em seu depoimento à Justiça, que seria dado na tarde de ontem.

Segundo o que Marco D'Eça disse à polícia, ele recebeu uma mensagem no seu celular, por volta das 17h do dia 27 de abril de 2012, do blogueiro Luís Pablo, cujo teor era o seguinte: "Tenho uma revelação para fazer sobre alguém saber que Décio estava no local [bar e restaurante Estre-

la do Mar]. No velório, o deputado Rigo Teles me falou que havia conversado com Décio por volta das 22h do dia de sua morte. Tire sua conclusão e mantenha sigilo do que eu disse". D'Eça teria respondido a Luís Pablo: 'Gravíssimo, Pablo. Tu tens certeza?' Luís Pablo teria respondido: 'Absoluta. Quando ele [Rigo Teles] me falou, levei um susto. Se você quiser depois checar a informação, tenta sondar. Pergunta a ele, sem dar bandeira, que talvez ele possa dizer. Ele me disse que assim que saiu do Estádio Nhozinho Santos, após o jogo do Cordino [Moto Club 4 x 2 Cordino], falou com o Décio, por volta das 22h'.

Relacionamento – Segundo o jornalista Itevaldo Junior, arrolado pelo Ministério Público, as perguntas da Promotoria e dos advogados de defesa dos 12 denunciados versaram em torno do relacionamento de trabalho da testemunha com Décio Sá. O jornalista disse também que foi indagado sobre a identidade dos acusados, mas relatou que não os conhecia.

O blogueiro Hostílio Caio Pereira da Costa, que também foi convocado para as oitivas, disse que era amigo da vítima e que antes de sua morte notou que Décio, que sempre foi tranquilo, apresentava um ar de preocupação e inquietação. "Em nosso último almoço, pedi para ele parar de mexer com homens doentes por dinheiro, pois eles não tinham muita coisa a perder. Notei que nos últimos dias ele estava agitado, preocupado e um pouco chateado. Eu acabei viajando, mas ainda liguei para ele no dia do crime, por volta das 20h30, e Décio ainda estava na redação, mas acabamos não nos falando direito porque ele estava recebendo outra ligação. Na madrugada, soube do crime e fiquei chocado

com a notícia, só me restou lamentar", afirmou Caio.

Testemunhas – Foram arroladas pelo Ministério Público e estiveram no Fórum, na manhã de ontem, as testemunhas: Itevaldo Ribamar Soares Costa Jr., Laryce Damascena Bezerra, Marcos Paulo Paiva Gomes, Jordão Dominici Figueiredo Penha, Hostílio Caio Pereira da Costa, Marco Aurélio Nunes D'Eça, Luís Pablo Conceição Almeida, Marcelo Augusto Gomes Vieira, Fábio Rogério Barbosa Câmara e Airton Martins Monroe, conhecido como "Neguinho" (que até o fim dos trabalhos matutinos, por volta das 13h, ainda não havia comparecido ao local das audiências). As oitivas prosseguiram às 14h30. A imprensa, como no dia anterior, não teve acesso à audiência, que aconteceu a portas fechadas. O blogueiro Marcelo Vieira pediu para depor sem a presença dos denunciados, o que foi aceito pelo juiz Márcio Castro Brandão, que preside as audiências.

Acusados – Ao todo 12 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público.

Em continuação às audiências,

serão ouvidas hoje (8) as testemunhas: Mariana Amorim Mualem; Kaine Fernandes Costa; Sebastiana Cantanhede Baldez, a "Tiana"; Adriana Silva de Oliveira; Laércio Carlos Tavares Matos; Paulo Roberto Pinto Lima Oliveira, o "Carioca"; Lucivalda Martins Carvalho; Marcos Bruno Martins (denunciado como 'piloto de fuga' do assassino de Décio); Jacira Nunes Aguiar; e Josival Cavalcanti da Silva, o "Pacovan".

'Bate-boca' – Segundo o blog do jornalista Gilberto Léda, o advogado Armando Serejo, que representa "Júnior Bolinha", bateu boca na audiência de ontem com o promotor Luís Carlos Correa Duarte, responsável pela denúncia do "caso Décio" à Justiça.

Quando se referia a Bolinha, Duarte utilizava sempre a expressão "quadrilheiro", de acordo com o blog. Invocando a Constituição, Serejo tentou impedir que o membro do MP usasse o termo para identificar seu cliente.

Mas o promotor foi duro: "Me refiro ao denunciado como eu quiser. Fui eu quem o denunciou por formação de quadrilha", teria dito Duarte.



Rigo Teles (atrás de todos), no velório do jornalista Décio Sá

CASO DÉCIO SÁ

Mais quatro testemunhas depõem na tarde do segundo dia das oitivas

POR VALQUÍRIA FERREIRA

As oitivas das testemunhas de acusação, arroladas no processo sobre o assassinato do jornalista Décio Sá, presididas pelo juiz Márcio Brandão, prosseguiram durante a tarde de ontem (7). Das 14h30 às 16h40, foram ouvidas mais quatro pessoas, principalmente jornalistas e blogueiros que mantinham alguma relação com a vítima.

Na manhã de ontem, segundo dia das oitivas, foram ouvidas três testemunhas, o jornalista Itervaldo Júnior mais os blogueiros Marcelo Vieira e Caio Hostílio. Após o depoimento deste último, por volta das 13h30, o juiz Márcio Brandão suspendeu as atividades para o intervalo do almoço, período que durou cerca de uma hora.

As oitivas foram retomadas por volta das 14h30, com o testemunho do jornalista Marco Aurélio D'Eça, com duração de uma hora e quinze minutos. Após prestar seu depoimento, o também blogueiro e amigo de Décio Sá destacou que tudo ocorreu dentro da normalidade. "Foi um momento muito difícil e tenso. O Ministério Público fez várias perguntas de praxe e a defesa tentou levantar uma linha de investigação", contou. A respeito da continuidade do processo, Marco Aurélio D'Eça disse que espera que os culpados sejam punidos. "Eu espero que seja feita justiça, que tudo seja esclarecido e que os culpados sejam punidos".

A segunda pessoa a ser ouvida foi o blogueiro Luís Pablo Almeida, que prestou depoimento por cerca de 15 minutos. Em seguida, o vereador



Depoimentos foram acompanhados por acusados de participação no crime e seus advogados

Fábio Câmara testemunhou por cerca de 20 minutos. "Tudo ocorreu dentro do esperado. O Ministério Público

perguntou como era minha relação com Décio. Falei que nós éramos mais que irmãos, ele era meu compadre e

tínhamos um bom relacionamento", disse o vereador.

A última pessoa a ser ouvida, nas oitivas da tarde de ontem, foi Ailton Martins Monroe, conhecido como "Neguinho". Ele prestou depoimento por uns 15 minutos e, ao sair do interrogatório, preferiu não conversar com a imprensa.

O segundo dia de audiência encerrou após o promotor Luís Carlos Correa, representante do Ministério Público, dispensar três testemunhas de acusação: Laryce Damacena Bezerra, Marcos Paulo Paiva Gomes e Jordão Dominici Figueiredo Penha. Segundo o promotor, as três pessoas teriam depoimentos parecidos e o teor não iria acrescentar mais informações ao processo.

Avaliação - O advogado de defesa de Gláucio e Miranda - denunciados pelo Ministério Público como mandantes do crime -, Adriano Cunha, fez uma breve avaliação dos dois dias de depoimentos. "Foram bastante positivos, devido a algumas revelações, a ponto de colocarem outras pessoas como verdadeiros mandantes".

De acordo com Adriano Cunha, algumas testemunhas contaram que várias linhas investigadas não tiveram aprofundamento, citando como exemplo o caso de Barra do Corda, envolvendo a família Teles e que isso pode motivar a defesa a pedir novas investigações.

As audiências na fase de instrução do processo a respeito do assassinato do jornalista Décio Sá ocorrem até o dia 24 de maio, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Ao todo, 55 pessoas devem ser ouvidas.

■ Acordo com a Caema

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), do Tribunal de Justiça, promove, hoje, mais etapa de audiências de conciliação entre consumidores e a Caema.

O objetivo é resolver impasses judiciais (ações de cobrança) envolvendo consumidores e a concessionária de serviços. Depois de efetivados, os acordos serão homologados pelos juízes responsáveis pelas unidades judiciárias de origem dos processos.

As audiências serão conduzidas pelo juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do Poder Judiciário, com o apoio de conciliadores.

Projeto aproxima estudantes da Justiça em São Bernardo

A Comarca de São Bernardo e a Secretaria Municipal de Educação firmaram parceria para executar o projeto “Dia do Jovem na Justiça”, idealizado pelo juiz titular da comarca, André Bezerra Ewerton Martins. Pela iniciativa, alunos de diversas séries e escolas passarão um dia conhecendo as atividades forenses e depois disseminarão o conhecimento sobre a Justiça aos demais estudantes das instituições de ensino de São Bernardo e de Santana do Maranhão (Termo Judiciário).

A escola selecionará, a critério da instituição, alunos de diferentes séries para visitarem o fórum da cidade. Cada escola terá um dia designado para seu grupo de estudantes acompanhar e conhecer as atividades desempenhadas pelo juiz e servidores da Justiça local. Eles serão acompanhados sempre de um monitor, que deve ser o diretor, coordenador ou professor.

De acordo com o juiz André Martins, os servidores e o próprio magistrado receberão os estudantes, aos quais serão apresentadas as instalações do fórum, as atividades forenses, franqueada a participação nas audiências do dia – salvo as em segredo de Justiça – e ministrada



DIVULGAÇÃO

André Martins e Cleres Rocha firmam parceria para o projeto Dia do Jovem na Justiça

uma palestra informal pelo juiz, com oportunidade de debate, perguntas, críticas e sugestões.

Num prazo de cinco dias após a visita, a escola deverá promover um debate na escola com a participação do monitor e dos estudantes que participaram do projeto “Dia do Jovem na Justiça”, para que as informações absorvidas durante a visita seja compartilhada com os demais estudantes, professores e funcionários da escola.

Para o magistrado responsá-

vel pelo “Dia do Jovem na Justiça”, há a “necessidade de uma atuação transparente e inclusiva da Justiça, que beneficiará os jovens da comunidade com uma experiência no âmbito do Poder Judiciário, fomentando a cidadania e o exercícios dos direitos.”

Todos os alunos que participarem do projeto – visita e debate na escola –, receberão da Comarca de São Bernardo um Certificado de Participação e Conclusão com sucesso no Projeto “Dia do Jovem na Justiça”.

IMPERATRIZ

Justiça derruba proibição de ingresso da Defensoria em unidades de saúde

A Justiça de Imperatriz deferiu medida liminar em mandado de segurança impetrado por defensores públicos com atuação no município, suspendendo a proibição de acesso da Defensoria a unidades de saúde. A decisão foi proferida pelo juiz Marcelo Testa Baldochi.

Para o magistrado, a proibição não possui fundamento jurídico e além de ferir as prerrogativas legalmente atribuídas à Defensoria Pública, dentre elas a de requisitar diligências e inspeções e o livre acesso a estabelecimentos públicos e privados, no exercício das suas funções. O ato da Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz fere o princípio da publicidade dos atos administrativos e o dever de informação.

Segundo a decisão, “a LC n. 80/94, que no seu conteúdo prescreve normas gerais, cita no art. 4º, inc. VIII a outorga de amplos poderes para tutela de bens e interesses individuais, coletivos e difusos, do quais não se pode imunizar de sua abrangência os “serviços públicos”. Acrescenta-se o argumento de que a Lei Complementar Estadual n. 19/94 nos seus arts. 10, inc. III e 24, XV expressamente outorga prerrogativas de controle e de acesso aos defensores, no cunho de seu mister (...) Encarecem manifesta ilegalidade não somente por cercearem essas prerrogativas, mas por portarem total algidez de conteúdo e, sem qualquer fundamento jurídico repousarem no

campo dos arbítrios. Clarifica esse dever de motivar adequadamente, decorrente do princípio da publicidade dos atos administrativos, o disposto no art. 50 da Lei n. 9.784/99”.

Em razão da natureza dos direitos em jogo, o magistrado concedeu liminar para suspender os efeitos da proibição, restabelecendo as prerrogativas funcionais dos defensores públicos então cerceadas.

Há cerca de um mês, um grupo de técnicos indicados pelo Núcleo da Defensoria Pública em Imperatriz para auxiliar na elaboração de um diagnóstico sobre a saúde pública no município, foi barrado na porta do Posto de Saúde da Maria Aragão, no Bairro da Vilinha. O objetivo da visita era fazer um levantamento das condições físicas, atendimentos e internações em hospitais e clínicas que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao tomar conhecimento da situação, o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, encaminhou ofício ao prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, solicitando que fosse garantido o ingresso da Defensoria Pública nas unidades de saúde do município, considerando a legitimidade atribuída à instituição para a defesa de direitos difusos e coletivos e a prerrogativa legal de ingresso dos defensores em estabelecimentos públicos no exercício de suas funções. No ofício, Aldy Mello Filho classificou a proibição como “ato flagrantemente ilegal”.

RAPOSA

Justiça determina normalização de fornecimento de água no município

A Justiça determinou liminarmente prazo de 60 dias para que a Prefeitura de Raposa (a 28 quilômetros de São Luís) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAEE) do município viabilizem o fornecimento de água potável por, pelo menos, 18 horas diárias a todos os consumidores.

A liminar é resultado de Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com Pedido de Liminar, ajuizada em 11 de março, pelo promotor de jus-

tiça da Comarca, Reinaldo Campos Castro Júnior.

Na manifestação ministerial que resultou na liminar, deferida pela juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, o representante do MPMA demonstrou que moradores de, pelo menos, 10 bairros da cidade enfrentam constantemente problemas causados pela falta d'água resultante da ineficiência do serviço fornecido pelo SAEE.

De acordo com ele, nesses bair-

ros, a falta de água potável dura, com frequência, até três dias seguidos e o fornecimento é interrompido constantemente sem motivo plausível.

Das 18 horas diárias do fornecimento da água potável aos consumidores do município, pelo menos, 10 horas devem abranger o período das 7h às 20h. Outra determinação da liminar é que, em 120 dias, deve haver o fornecimento de água durante 20 horas diárias, pelo menos, sendo 12 delas, no mínimo, entre 7h e 22h.

Cinco juízes são titularizados pelo TJ na capital maranhense

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, titularizou, ontem (7), cinco juízes que atuaram por quatro anos como auxiliares na comarca de São Luís. Ao dar posse e parabenizar os magistrados pelas novas funções, o presidente lembrou que as vagas surgiram em decorrência das oito varas instaladas na capital, na semana passada.

Foram titularizados os juízes Maria José França Ribeiro (7º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo), Maria Izabel Padilha (1ª Vara do Tribunal do Júri), Eugênia de Azevedo Neves (6ª Vara Criminal), José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior (2ª Vara Criminal) e Mário Prazeres Neto (3º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo).

A primeira a assinar o termo de posse foi a juíza Maria José França Ribeiro, que foi titularizada no 7º Juizado. Há 20 anos na magistratura, ela atuou em São Mateus, Grajaú, Viana, Vitorino Freire e Itapecuru-Mirim. "É um novo desafio que assumo com muita disposição", afirmou.

A juíza Maria Izabel Padilha assume a 1ª Vara do Tribunal do Júri com experiência também de duas décadas na magistratura estadual, passando pelas comarcas



O presidente Guerreiro Júnior (centro) com os juízes titularizados em São Luís

de Humberto de Campos, Icatu, Presidente Dutra, Colinas, Açailândia e Bacabal.

Eugênia de Azevedo Neves ingressou na magistratura em maio de 1993, como titular da comarca de Arari, exercendo atividades judicantes em Alcântara, Presidente Dutra, Santa Inês, Chapadinha, Itapecuru-Mirim e, nos últimos quatro anos, como juíza auxiliar

na capital. "Pretendo desenvolver meu trabalho com comprometimento e dedicação, dando sequência ao planejamento do juiz anterior", disse.

Juiz auxiliar de São Luís desde setembro de 2009, José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, iniciou carreira como substituto em Cururupu (a 465 quilômetros da capital). Foi titularizado na comarca de

Poção de Pedras, instalada à época do seu ingresso. Em seguida, foi removido para Barreirinhas, São José de Ribamar, Imperatriz e São Luís (como auxiliar).

"Como auxiliar, tive a oportunidade de exercer função jurisdicional em diversas áreas do Direito, voltando à experiência de início de carreira. Agora, a expectativa é muito grande, uma vez que estar titularizado é resultado de anos de estudos e aprimoramentos", enfatizou.

O juiz Mário Prazeres teve primeira titularização na comarca de Matinha, em 1997. Atuante como juiz auxiliar em São Luís desde setembro de 2009, também desempenhou a magistratura em Colinas, Presidente Dutra, Vargem Grande e Santa Inês.

"Vai ser uma experiência nova para mim, porque tive pouca passagem em juizados. Contudo, sei do dinamismo a ser empreendido. Devido a celeridade que as demandas exigem, a resposta tem que ser também rápida", analisa Prazeres.

Participaram da solenidade de posse o juiz auxiliar da presidência, José Nilo Ribeiro Filho, a diretora-geral do TJ-MA Sumaya Heluy (que fez a leitura do termo de posse), e familiares dos magistrados.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 24/2013
Processo Administrativo nº 53553/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Estadual nº 9.579/12, dos Decretos Federais nº 5.450/05 e nº 3.555/00, do Decreto Estadual nº 28.493/12 e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a REABERTURA DE PRAZO DA LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, através do Sistema de Registro de Preços (SRP), para contratação de mão de obra terceirizada de motoristas e motoboy para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão, inicialmente marcado para o dia 08/04/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília).

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia 23/05/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br.

O pregoeiro informa que o edital com as devidas alterações encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 06 de maio de 2013.

André de Sousa Moreno

Pregoeiro TJ/MA